

Submissão de GT para o 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais (2025)

Título: Movimentos sociais e representações sindicais do campo: disputas, resistências e formas de organização

Dois (duas) coordenadores/as pesquisadores/as doutores/as, de diferentes regiões do país, associados/as à Rede com a anuidade 2024 em dia.

- Éllen Gallerani Corrêa. Instituto Federal de Alagoas Campus Coruripe.
- Priscila Delgado de Carvalho, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Resumo

A ação coletiva no campo revela uma pluralidade de identidades, atores, pautas e repertórios de ação em diferentes momentos históricos e regiões. É também marcada por diferentes formas de interação com o Estado e por conflitos, repressão, violência e resistência. Nas décadas recentes, vêm sendo desenvolvidas de modo crescente, no Brasil, pesquisas empíricas e reflexões teóricas para compreender a organização política rural, a partir da análise de movimentos sociais e sindicais. A proposta do GT é somar-se a estes esforços e agregar reflexões sobre lutas sociais no campo, que passaram por fortes mudanças nos anos recentes, bem como redes e articulações que vêm emergindo. Buscam-se tanto estudos históricos, quanto os atentos à conjuntura, nas suas diferentes dinâmicas, marcadas pela ascensão da extrema direita e hegemonia neoliberal, pelo retorno da esquerda ao poder executivo com base em uma ampla coalizão. Nesse cenário, cabe discutir como tais dinâmicas são compostas e como agenciam ações de trabalhadores/as rurais, camponeses/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas atingidos e outros sujeitos políticos no campo, em suas diversas expressões de gênero, cor/raça, sexualidades e geração.

Resumo expandido (12mil)

As experiências de ação coletiva no campo são muito diversas e revelam uma pluralidade de identidades, atores, repertórios de ação, formas de existir, e pautas elencadas em diferentes momentos históricos e regiões. São muitos os esforços empíricos e teóricos para compreender essas experiências, seus resultados históricos e implicações para a vida no campo. A proposta deste GT é somar-se a reflexões sobre as lutas dos movimentos sociais e sindicais, incluindo as formas de atuação que vêm construindo e, também, como são

configuradas e reconfiguradas suas relações com o Estado frente às dinâmicas políticas recentes, de ascensão da extrema direita e hegemonia neoliberal, seguida de retorno de um governo de esquerda ao poder sob uma ampla coalizão, ao mesmo tempo em que forças de extrema direita seguem ativas no país e a “onda conservadora” mantém-se no horizonte.

Além das disputas que se dão nas arenas da política formal e na esfera pública, a atuação dos movimentos rurais é marcada também por conflitos, repressão e violência no campo, que afetam trabalhadores e trabalhadoras rurais, camponeses/as e povos e comunidades tradicionais. Esses grupos são recorrentemente atingidos por projetos de expansão agrícola, por megaprojetos do agrohidronegócio, pela indústria do turismo, madeireira e minerária. Tais processos não raro engendram também forças de resistência, seja nos territórios, em articulações regionais e nacionais, nos embates entre grupos opositores e que acionam instâncias dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Os estudos sobre movimentos rurais contemporâneos passam, desde a redemocratização, pela expansão para além de grupos marcados pela relação com a agricultura. É comum incorporar atenção a comunidades quilombolas, povos indígenas e suas associações e movimentos. Em paralelo, têm havido constantes mudanças entre agricultores e agricultoras. Ao nomearmos entre os movimentos sociais, a presença dos sindicatos, busca-se reforçar o interesse no sistema de representação formal de trabalhadoras(es) rurais e agricultoras(es) familiares, que vem passando por modificações importantes em décadas recentes. Para esses casos, ao mesmo tempo em que há interesse na análise de grupos emergentes e nos mecanismos de representação de classe, há que se identificar dinâmicas de permanência e de coexistências ou simultaneidades entre formas de atuação e formação de coalizões ou alianças entre movimentos sociais e sindicais e entre diferentes sujeitos políticos, seja nos espaços das comunidades, municípios, estados ou em âmbito federal.

Em conexão com o tema central do evento, também buscamos análises interessadas em compreender como questões de emergência climática e do ambientalismo vêm sendo incorporadas e discutidas pelos movimentos de trabalhadores, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, e se vêm produzindo transformações em suas agendas, alianças e formas de atuação. Partimos, portanto, da perspectiva de que os movimentos, ao interferirem nas dinâmicas econômica, política e cultural, são agentes de mudança social, o que torna sua experiência histórica um objeto de estudo relevante para o campo acadêmico.

Em resumo, o GT busca colocar em debate trabalhos interessados nas dinâmicas de atuação dos movimentos (e das organizações sindicais) em si, bem como suas conexões com o

Estado e a formulação de políticas públicas, e com organizações internacionais, assim como suas conexões e questionamentos a dinâmicas do capitalismo contemporâneo.

Entre as múltiplas dimensões que perpassam a atuação de movimentos, serão acolhidos trabalhos que estudam os processos de afirmação de identidades, a construção de novos atores coletivos, a elaboração de demandas e repertórios de ação, as diferentes formas de existir e atuar, a formação de coalizões, reconfigurações organizativas (desmembramento e/ou fusão de organizações) e a relação com o Estado. Considerando os impactos das dinâmicas de modernização, financeirização e mercantilização da natureza contemporâneas sobre os diversos grupos sociais que formam o rural brasileiro, a proposta abriga pesquisas que analisam a pluralidade de ações promovidas pelos movimentos rurais.

Esperamos motivar a apresentação de pesquisas empíricas e reflexões teóricas sobre temas, tais como:

1. Atores coletivos que constroem lutas por terra, por território, florestas, águas, em diferentes formatos organizativos, e que enfrentam os interesses do agronegócio, mineradoras e agentes econômicos nacionais e internacionais que adquirem e exploram terras e outros bens da natureza; incluindo:

- dinâmicas das organizações de representação rurais, buscando analisar suas propostas, formas de ação e as relações quer com as instituições estatais, quer com outras organizações (sindicatos, federações, movimentos, ONGs, cooperativas, associações etc.).
- dinâmicas e impactos da consolidação de organizações em âmbito estadual e municipal;
- análises das recentes transformações nas estruturas de representação sindical, incluindo debates sobre abordagens teóricas capazes de dar conta dessas temáticas, em especial, organizações de representação e as ações coletivas dos assalariados rurais em um contexto de expansão da mercantilização da natureza, consolidação da agricultura altamente mecanizada e reforma trabalhista;
- configurações e reconfigurações dos movimentos indígenas, quilombolas, de quebradeiras, fundos de pasto, entre outros;
- a atuação de ruralistas, movimentos conservadores e de direita no campo, suas organizações e a atuação como grupos de interesse ou contra-

movimentos, bem como suas interações com partidos, processos eleitorais, e o sistema político.

– redes e organizações de produtores e consumidores de produtos orgânicos, agroecológicos, artesanais, entre outros, que têm criticado o sistema agroalimentar globalizado e gerado outras formas de produção e consumo no nível local e regional,

– atuação de sindicatos e movimentos em ações de resgate e (re)significação de tradições entre grupos sociais rurais;

2. Também são bem vindas perspectivas teóricas que analisem como, nas interações, grupos são formados e transformados;

– interação de sindicatos e movimentos brasileiros com organizações e coalizões internacionais, incluindo efeitos sobre os movimentos e suas agendas domésticas e internacionais;

– alianças e interações produzidas entre coletivos de base rural com outros grupos sociais, com vistas a enfrentar desafios políticos, ambientais e sociais contemporâneos, e bem como o papel de organizações e grupos rurais em coalizões políticas mais amplas;

– análises sobre os agenciamentos produzidos pelos movimentos em suas diversas formas de organização, bem como os efeitos dessas interações sobre a conformação dos atores coletivos.

3. Em cada um desses temas, busca-se trabalhos enfocando o impacto da presença de mulheres, população LGBTQIA+, grupos racializados e outros grupos minorizados, bem como as lutas por reconhecimento dos grupos subalternizados, a produção de suas identidades e seus esforços por superação das condições de invisibilidade social e violência.

4. Em termos de relações com o Estado, análises sobre como se dão interações com diferentes instâncias (Executivo, Legislativo, Judiciário), incluindo

– lutas e resistências dos diversos grupos sociais do campo contra o desmonte de políticas públicas e ataque aos direitos (sociais, trabalhistas, previdenciários etc.);

– análises sobre os desafios e possibilidades relativos à retomada de políticas públicas voltadas para esse público em anos recentes; bem como a inserção de movimentos, sindicatos e ativistas em mecanismos de participação institucional.

– especificamente, a atuação dos movimentos na produção de demandas por reforma agrária, demarcação de terras indígenas e reconhecimento de territórios quilombolas e as respostas do Estado e de setores contrários a essas demandas;

5. O papel das mobilizações e protestos contemporâneos, sejam presenciais, híbridos ou *on-line*, na conformação dos movimentos e suas agendas, bem como as diferenças e continuidades que apresentam em relação a formas de atuação anteriores, incluindo acampamentos, ocupações de terras e manifestações públicas, bem como a participação de ruralistas em protestos tanto historicamente quanto em períodos recentes;

6. Por fim, mas não menos importante, como questões referentes à emergência climática e ao ambientalismo vêm sendo incorporadas e discutidas por movimentos rurais e vêm produzindo transformações em suas agendas, alianças e formas de atuação.

De um modo geral, o GT acata estudos de caso, análises comparadas e pesquisas com diferentes metodologias, desde que ancorados em pilares teóricos sólidos, seja alinhando-se a debates teórico-metodológicos dos campos dos estudos rurais, da sociologia política, das teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais, ou que problematizam modelos teórico-metodológicos clássicos e contemporâneos na análise dos movimentos sociais. Por fim, buscando captar as continuidades e discontinuidades na experiência dos movimentos em períodos anteriores e na atual conjuntura econômico-política, são bem-vindos trabalhos que se propõem a realizar uma análise histórico-comparativa e processual desses movimentos.